

O CASO ISALTINO MORAIS E A ESTABILIDADE NO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

1 – Os mais recentes acontecimentos ocorridos no processo judicial de Isaltino Morais – prisão no fim da tarde de quinta-feira 29 de Setembro; libertação na tarde do dia seguinte, sexta-feira 30 de Setembro – foram surpreendentes e fortemente penalizadores da credibilidade da gestão da Justiça em Portugal.

2 – Nas eleições autárquicas de 2009, na sequência da posição que o PCP havia já assumido aquando da condenação em tribunal de Isaltino Morais, expressámos publicamente que, naquelas condições, não se deveria candidatar.

3 – Como os factos têm vindo a confirmar, a existência, em Oeiras de um Presidente de Câmara condenado pelo Tribunal e a aguardar decisões de sucessivos recursos para outras instâncias, não tem permitido o melhor funcionamento da autarquia, fundamentalmente porque a atenção do Presidente e dos responsáveis que lhe estão mais próximos está muito canalizada para questões exteriores à gestão do Município.

4 – Em situações como a que vivemos nos últimos dias, o que a população de Oeiras menos necessita é de algazarras e de comportamentos oportunistas promovidos por quem deu apoio expressivo à minoria detida por Isaltino Morais no mandato anterior, designadamente pelo PS.

5 – Para o PCP, o caminho que se impõe prosseguir quando se vier a verificar a impossibilidade de Isaltino Morais continuar a exercer funções, será o de dialogar com todas as forças políticas presentes na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal no sentido de serem encontradas soluções que possibilitem o funcionamento estável e regular dos dois órgãos até ao fim do actual mandato.

A Comissão Concelhia de Oeiras do PCP

Oeiras, 3 de Outubro de 2011

**Para eventuais esclarecimentos contactar
Aníbal Guerreiro –TM 968094592**